

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.071.134
Preferenciais	0
Total	1.071.134
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	556.118	684.850
1.01	Ativo Circulante	103.561	220.356
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	63.156	126.567
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.031	55.531
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.031	55.531
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	3.031	55.531
1.01.03	Contas a Receber	34.081	35.388
1.01.03.01	Clientes	15.426	17.619
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.655	17.769
1.01.03.02.01	Contas a Receber Com Partes Relacionadas	18.655	17.769
1.01.04	Estoques	38	65
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.613	1.934
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.613	1.934
1.01.07	Despesas Antecipadas	611	815
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	31	56
1.01.08.03	Outros	31	56
1.02	Ativo Não Circulante	452.557	464.494
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	205.260	199.770
1.02.01.03	Contas a Receber	14	14
1.02.01.03.01	Clientes	14	14
1.02.01.06	Tributos Diferidos	33.655	32.962
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	33.655	32.962
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	168.043	164.075
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	168.043	164.075
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.548	2.719
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	3.548	2.719
1.02.03	Imobilizado	847	964
1.02.04	Intangível	246.450	263.760

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	556.118	684.850
2.01	Passivo Circulante	214.627	203.954
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.942	2.064
2.01.02	Fornecedores	3.003	3.050
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.816	4.762
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	114.422	117.191
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	402	317
2.01.04.02	Debêntures	114.020	116.874
2.01.05	Outras Obrigações	49.351	53.238
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.115	2.339
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.115	2.339
2.01.05.02	Outros	48.236	50.899
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	1.520	1.417
2.01.05.02.05	Credores pela Concessão	46.638	46.752
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	78	158
2.01.05.02.07	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	2.572
2.01.06	Provisões	43.093	23.649
2.01.06.02	Outras Provisões	43.093	23.649
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	43.093	23.649
2.02	Passivo Não Circulante	207.088	310.136
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	98.008	178.517
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	648	754
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	648	754
2.02.01.02	Debêntures	97.360	177.763
2.02.02	Outras Obrigações	84.598	93.177
2.02.02.02	Outros	84.598	93.177
2.02.02.02.04	Credores pela Concessão	84.598	93.177
2.02.04	Provisões	24.482	38.442
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.609	4.332
2.02.04.02	Outras Provisões	19.873	34.110
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	19.873	34.110
2.03	Patrimônio Líquido	134.403	170.760
2.03.01	Capital Social Realizado	107.543	107.543
2.03.04	Reservas de Lucros	26.860	63.217
2.03.04.01	Reserva Legal	6.109	6.109
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	20.751	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	57.108

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	78.582	80.855
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-44.890	-40.315
3.03	Resultado Bruto	33.692	40.540
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.094	-3.907
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.140	-3.961
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.719	-3.786
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-393	-169
3.04.02.03	Tributárias	-28	-6
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	46	54
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	29.598	36.633
3.06	Resultado Financeiro	-10.681	-8.789
3.06.01	Receitas Financeiras	10.842	6.463
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.523	-15.252
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	18.917	27.844
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.410	-9.576
3.08.01	Corrente	-7.103	-8.118
3.08.02	Diferido	693	-1.458
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	12.507	18.268
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	12.507	18.268
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,01170	0,01710
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,01170	0,01710

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	12.507	18.268
4.03	Resultado Abrangente do Período	12.507	18.268

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	49.828	46.907
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	49.624	46.939
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	12.507	18.268
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	20.411	16.402
6.01.01.03	Baixa do Ativo Permanente	401	0
6.01.01.04	IR e CS Diferidos	-693	1.456
6.01.01.06	Juros sobre empréstimos, financiamentos e impostos	11.750	7.016
6.01.01.07	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	282	313
6.01.01.08	Variação monetária e juros s/ credores pela concessão	3.189	5.118
6.01.01.09	Resultado financeiro com ajuste a valor presente	6.178	2.648
6.01.01.11	Provisão para manutenção em rodovias	2.679	803
6.01.01.12	Receitas com aplicações financeiras vinculadas	-1.195	-416
6.01.01.13	Receitas financeiras com mútuo entre partes relacionadas	-5.885	-4.669
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	204	-32
6.01.02.01	Contas a receber	2.193	1.657
6.01.02.02	Estoques	27	10
6.01.02.03	Despesas antecipadas	204	215
6.01.02.04	Impostos a recuperar	417	-320
6.01.02.05	Fornecedores	-623	104
6.01.02.06	Fornecedores - partes relacionadas	604	-806
6.01.02.07	Obrigações sociais	-122	365
6.01.02.08	Obrigações fiscais	4.820	1.748
6.01.02.09	Cauções contratuais	71	129
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-829	-61
6.01.02.12	Credores pela concessão	-16	-13
6.01.02.13	Contas a receber - partes relacionadas	148	0
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-80	-807
6.01.02.15	Imposto de renda e contribuição social pagos	-6.766	-2.193
6.01.02.16	Outros créditos	25	-26
6.01.02.17	Utilização da provisão para riscos cíveis e trabalhistas	-5	-34
6.01.02.18	Despesas antecipadas sobre empréstimos	136	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	45.227	-3.776
6.02.01	Aquisições do ativo imobilizado	-17	-27
6.02.04	Adições ao intangível	-8.238	-5.993
6.02.06	Valor resgatado de operações financeiras vinculadas	56.124	20.153
6.02.07	Aplicações financeiras vinculadas	-2.642	-17.909
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-158.466	82.509
6.03.03	Pagamento de principal - debêntures	-63.354	-45.933
6.03.04	Pagamento de juros - debêntures	-31.810	-11.541
6.03.05	Pagamento de credores pela concessão	-11.866	-11.005
6.03.07	Distribuição de Juros s/ capital próprio	-2.572	0
6.03.09	Imposto de renda retido na fonte	0	793
6.03.10	Captação - Debêntures	0	150.195
6.03.11	Pagamento de dividendos	-48.864	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-63.411	125.640

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	126.567	38.226
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	63.156	163.866

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	107.542	0	14.354	48.864	0	170.760
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.542	0	14.354	48.864	0	170.760
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-48.864	0	-48.864
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-48.864	0	-48.864
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.507	0	12.507
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.507	0	12.507
5.07	Saldos Finais	107.542	0	14.354	12.507	0	134.403

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	107.542	0	47.845	0	0	155.387
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.542	0	47.845	0	0	155.387
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.268	0	18.268
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.268	0	18.268
5.07	Saldos Finais	107.542	0	47.845	18.268	0	173.655

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	78.582	80.855
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	74.784	74.392
7.01.02	Outras Receitas	3.798	6.463
7.01.02.01	Receitas acessórias	430	470
7.01.02.02	Receitas de serviços de construção	3.368	5.993
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.882	-22.092
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.406	-14.766
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.153	-1.085
7.02.04	Outros	-4.323	-6.241
7.03	Valor Adicionado Bruto	58.700	58.763
7.04	Retenções	-20.411	-16.402
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-20.411	-16.402
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	38.289	42.361
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.842	6.463
7.06.02	Receitas Financeiras	10.842	6.463
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	49.131	48.824
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	49.131	48.824
7.08.01	Pessoal	4.365	3.354
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.109	2.381
7.08.01.02	Benefícios	1.039	783
7.08.01.03	F.G.T.S.	217	190
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.781	16.663
7.08.02.01	Federais	9.970	12.915
7.08.02.02	Estaduais	13	6
7.08.02.03	Municipais	3.798	3.742
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.478	10.539
7.08.03.01	Juros	12.152	7.486
7.08.03.02	Aluguéis	503	406
7.08.03.03	Outras	5.823	2.647
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	12.507	18.268
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	12.507	18.268

Comentário do Desempenho



Sertãozinho/SP, 14 de maio de 2015 - A Vianorte S.A. comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2015, período encerrado em 31 de março de 2015. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais e estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

- O volume do tráfego pedagiado no 1T15 foi de 8,9 milhões de veículos equivalentes, apresentando uma retração de 4,0% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e de 9,7% em relação ao 4T14, reflexo da desaceleração do mercado de trabalho o que torna o consumo enfraquecido. Além disso, com a inflação em alta, temos como resultado a diminuição da renda disponível das famílias e também os impactos do cenário político e econômico, com efeitos adicionais das crises hídrica e de energia, por exemplo, afetando a confiança e impactando negativamente na produção industrial.

Receita Operacional Bruta

- A Companhia obteve uma receita bruta total no 1T15 de R\$ 78,6 milhões, apresentando queda de R\$ 2,3 milhões ou 2,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e R\$ 10,2 milhões, ou 11,5% quando comparada ao 4T14. A queda apresentada, decorre principalmente da Receita de Obras pelo término da Obra de Remodelação do Trevo Adalberto da Silveira – Km 307+500mts da SP-330 em Ribeirão Preto-SP e pela queda do tráfego conforme comentado anteriormente.

Custos e Despesas

- Os custos e despesas totais no 1T15 (excluído depreciação e amortização) permaneceram equilibradas em comparação ao mesmo período do ano anterior apresentando ligeiro crescimento de 3,2% (R\$ 0,7 milhão). Essa variação refere-se à valores realizados a maior entre os períodos em provisão de manutenção devido à ajustes no cronograma da obra da 5ª Intervenção da SP 330 e despesas administrativas devido ao rateio das despesas do

Comentário do Desempenho



Diretor Presidente entre as concessionárias estaduais e do novo critério de rateio aprovado pela Holding, compensados com valores realizados a menor nos custos de serviços de construção devido ao término da Obra de Remodelação do Trevo Adalberto da Silveira – Km 307+500mts da SP-330 em Ribeirão Preto-SP (R\$ 2,6 milhões);

- Em relação ao 4T14 aumentaram 45,3% impulsionados principalmente pelas despesas com provisão de manutenção pela amortização das obras de manutenção previstas.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA e o EBITDA ajustado no 1T15 diminuíram (5,7%) e (4,0%) respectivamente, quando comparados ao mesmo período do ano anterior, reflexo variação nas receitas de obras e pelo aumento dos custos e despesas, já comentados acima. Em relação ao 4T14, o EBITDA diminuiu 24,6% em razão principalmente da queda do tráfego afetando significativamente as receitas de pedágio.

Resultado Financeiro

- A Companhia obteve um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 10,7 milhões, representando um aumento de 207,5% em relação ao trimestre anterior, tendo como principal fator o aumento em maior proporção das despesas financeiras em relação as receitas, consequência da alta das taxas de juros (CDI) que remuneraram as debêntures.

Lucro Líquido

- A Companhia obteve lucro de R\$12,5 milhões no 1T15, apresentando uma queda de 31,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e 56,7% em relação ao 4T14, em razão das variações previamente apresentadas.

Endividamento

- A Vianorte encerrou o 1T15 com um endividamento bruto de R\$212,4 milhões contra R\$295,7 milhões no trimestre anterior;
- O endividamento líquido da Companhia passou de R\$113,6 milhões no 4T14 para R\$146,2 milhões no 1T15, apresentando um aumento de R\$32,6 milhões decorrentes da diminuição do caixa e equivalentes de caixa pelo pagamento de dividendos em março /15 no valor de R\$51,4 milhões.

Comentário do Desempenho



Investimentos

- Foram investidos R\$3,2 milhões no 1T15 em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.
- Adicionalmente a Companhia desembolsou R\$5,1 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram realizadas obras de recuperação do pavimento das rodovias, melhorias e execução de passarelas, recuperação de estruturas de contenção, implantação de elementos de proteção e segurança, dentre outras.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
Vianorte	8.891.239	9.840.900	9.262.141	-9,7%	-4,0%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
RECETA OPERACIONAL BRUTA	78.582	88.749	80.855	-11,5%	-2,8%
Receitas de pedágio	74.784	83.290	74.392	-10,2%	0,5%
Receitas de obras	3.368	5.012	5.993	-32,8%	-43,8%
Receitas acessórias	430	447	470	-3,8%	-8,5%
DEDUÇÕES DA RECETA	(6.565)	(7.273)	(6.504)	-9,7%	0,9%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	72.017	81.476	74.351	-11,6%	-3,1%
CUSTOS E DESPESAS	(22.008)	(15.148)	(21.316)	45,3%	3,2%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(10.538)	(12.696)	(9.316)	-17,0%	13,1%
Custo dos serv. de construção	(3.368)	(5.012)	(5.993)	-32,8%	-43,8%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(3.632)	(2.672)	(2.568)	35,9%	41,4%
Remuneração da administração	(393)	(322)	(169)	22,1%	132,5%
Despesas tributárias	(28)	(7)	(6)	300,0%	366,7%
Provisão para manutenção em rodovias	(4.095)	5.538	(3.318)	-173,9%	23,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	46	23	54	100,0%	-14,8%
EBITDA	50.009	66.328	53.035	-24,6%	-5,7%
Margem EBITDA	69,4%	81,4%	71,3%		
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(20.411)	(20.186)	(16.402)	1,1%	24,4%
Depreciação de imobilizado	(87)	5.235	(1.946)	-101,7%	-95,5%
Amortização do intangível	(20.324)	(25.421)	(14.456)	-20,1%	40,6%
RESULTADO FINANCEIRO	(10.681)	(3.474)	(8.789)	207,5%	21,5%
Receitas financeiras	10.842	10.356	6.463	4,7%	67,8%
Despesas financeiras	(21.523)	(13.830)	(15.252)	55,6%	41,1%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	18.917	42.668	27.844	-55,7%	-32,1%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(6.410)	(13.765)	(9.576)	-53,4%	-33,1%
Corrente	(7.103)	(9.155)	(8.118)	-22,4%	-12,5%
Diferido	693	(4.610)	(1.458)	-115,0%	-147,5%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	12.507	28.903	18.268	-56,7%	-31,5%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
EBITDA ¹	50.009	66.328	53.035	-24,6%	-5,7%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	4.095	(5.538)	3.318	-173,9%	23,4%
EBITDA Ajustado ²	54.104	60.790	56.353	-11,0%	-4,0%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01

Vianorte S/A

Rodovia Atílio Balbo - Km 327,5 - pista leste - Caixa Postal 88 - Sertãozinho-SP - CEP 14173-000
 Telefone (00 55 16) 3601-1122 - Fax (00 55 16) 3601-1100 - www.vianorte.com.br

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

*Informações Trimestrais Para o Período
Findo em 31 de Março de 2015*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Notas Explicativas

Notas Explicativas

VIANORTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vianorte S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Atílio Balbo km 327,5. Constituída em 6 de março de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 009/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP-330 Rodovia Anhanguera, SP-322 Rodovia Atílio Balbo/Armando Salles de Oliveira, SP-328 Rodovia Alexandre Balbo/contorno Norte de Ribeirão Preto e SP-325/322 Avenida dos Bandeirantes, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

No período de três meses findo em 31 de março de 2015 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 14 de maio de 2015.

2. CONCESSÕES

No período de três meses findo em 31 de março de 2015 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2014, além do mencionado abaixo:

A Sociedade estima, na data de 31 de março de 2015, os montantes de R\$2.345 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$82.266 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 31 de março de 2015 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (em especial o CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias).

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

As demais informações relativas a: bases de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pela determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme divulgado abaixo.

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo, até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	43.711	23.651
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	43.093	23.649
Efeito do ajuste a valor presente	(618)	(2)
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	48.750	47.990
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	46.638	46.752
Efeito do ajuste a valor presente	(2.112)	(1.238)
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para manutenção em rodovias - real	22.108	40.489
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	19.873	34.110
Efeito do ajuste a valor presente	(2.235)	(6.379)
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	93.236	103.308
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	84.598	93.177
Efeito do ajuste a valor presente	(8.638)	(10.131)

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 14.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

Notas Explicativas

4.2 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	1.719	1.716
Aplicações financeiras (*)	<u>61.437</u>	<u>124.851</u>
Total	<u>63.156</u>	<u>126.567</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Debêntures compromissadas	3.000	6.300
Fundos de investimentos	<u>58.437</u>	<u>118.551</u>
Total	<u>61.437</u>	<u>124.851</u>

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

As aplicações financeiras representam valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 101% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	14.837	17.197
Cupons de pedágio a receber	342	295
Cartões de pedágio a receber	247	127
Total	<u>15.426</u>	<u>17.619</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 23.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	4.609	4.332
Provisão de participação nos lucros	394	755
Ágio incorporado da SPR (b)	3.386	5.078
Provisão para manutenção	62.966	57.759
Ajuste dos encargos financeiros	10.348	10.301
Ajustes de mudanças de práticas contábeis referente a adoção da Lei 12.973 (c):		
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	18.723	18.723
Amortização do saldo de mudança de prática	(1.440)	-
Base de cálculo	<u>98.986</u>	<u>96.948</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>33.655</u>	<u>32.962</u>

(a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(b) Crédito decorrente do processo de incorporação da SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A., antiga controladora da Vianorte, constituído sobre a parcela do ágio amortizado pela SPR no período de dezembro de 2006 a setembro de 2010, a Sociedade

Notas Explicativas

registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.

- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

Ativo não circulante

2016 (após março)	14.957
2017	14.957
2018	3.741
	<u>33.655</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo e depositando diariamente parte de sua arrecadação para fazer frente ao pagamento dos juros anuais e da parcela de principal das debêntures da [1ª emissão da 2ª série], para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No período findo em [31 de março de 2015] o valor da aplicação é de [R\$ 3.031 (R\$55.531 em 31 de dezembro de 2014)], essas aplicações foram remuneradas em média a [87,34%] da variação do CDI.

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de março de 2015 é como segue:

<u>Custo do imobilizado</u>	<u>Móveis, Utensílios e Instalações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Instalações, Edifícios e Dependências</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2014	2.967	78	96	3.141
Adições	17	-	-	17
Alienações/baixas	(4)	(78)	-	(82)
Saldo em 31.03.2015	2.980	-	96	3.076
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2014	(2.063)	(31)	(83)	(2.177)
Depreciações	(84)	(1)	(2)	(87)
Alienações/baixas	3	32	-	35
Saldo em 31.03.2015	(2.144)	-	(85)	(2.229)
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2014	904	47	13	964
Saldo em 31.03.2015	836	-	11	847
Taxas anuais de depreciação - %	16,25	20	11,78	

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de março de 2015 é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	<u>Intangível em rodovias - obras e serviços (a)</u>	<u>Direito de outorga da concessão (b)</u>	<u>Direito de outorga da incorporação (c)</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2014	533.094	254.971	60.326	3.333	851.724
Adições	3.308	-	-	60	3.368
Alienações/baixas	(357)	-	-	-	(357)
Saldo em 31.03.2015	536.045	254.971	60.326	3.393	854.735
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2014	(375.761)	(178.372)	(31.734)	(2.097)	(587.964)
Amortizações	(12.699)	(5.652)	(1.934)	(39)	(20.324)
Alienações/baixas	3	-	-	-	3
Saldo em 31.03.2015	(388.457)	(184.024)	(33.668)	(2.136)	(608.285)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2014	157.333	76.599	28.592	1.236	263.760
Saldo em 31.03.2015	147.588	70.947	26.658	1.257	246.450
Taxas anuais de amortização - %	25,34	25,34	25,34	25,34	

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

Notas Explicativas

- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 14.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações que detinha participação no capital social da Vianorte. Esse valor está sendo amortizado com base na taxa linear.

11. EMPRÉSTIMOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de veículos (Finame) (a)	6,0% a.a.	Novembro/2017	<u>402</u>	<u>317</u>
Passivo não circulante:				
Financiamento de veículos (Finame) (a)	6,0% a.a.	Novembro/2017	<u>648</u>	<u>754</u>
Total			<u>1.050</u>	<u>1.071</u>

- (a) Recursos obtidos para financiamento de veículos, tendo como garantia o próprio bem.

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2016	320
2017	<u>328</u>
	<u>648</u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

12. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31.03.2015		31.12.2014	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª emissão (a)	100.000	IPCA + 8% a.a. CDI + 0,86%	Março/2017	<u>53.969</u>	<u>37.528</u>	<u>52.408</u>	<u>88.015</u>
2ª emissão (b)	<u>150.000</u> <u>250.000</u>	a.a.	Março/2017	<u>60.425</u> <u>114.394</u>	<u>60.000</u> <u>97.528</u>	<u>64.892</u> <u>117.300</u>	<u>90.000</u> <u>178.015</u>
Custo de transação				<u>(374)</u>	<u>(168)</u>	<u>(426)</u>	<u>(252)</u>
Total				<u>114.020</u>	<u>97.360</u>	<u>116.874</u>	<u>177.763</u>

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

- (a) 1ª emissão de debêntures - 2ª série IPCA de 15 de março de 2010 com valor nominal unitário em 31 de março de 2015 de R\$1 (mil reais) cada uma.
- (b) 2ª emissão de debêntures CDI emitidas em 20 de março de 2014 com valor nominal unitário em 31 de março de 2015 de R\$1 (mil reais) cada uma. |

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
1ª Emissão - 2ª Série	15.03.2010	100.000	27.04.2010	101.583
2ª Emissão	20.03.2014	<u>150.000</u>	25.03.2014	<u>150.195</u>
		<u>250.000</u>		<u>251.778</u>

A remuneração das debêntures da 1ª emissão - 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, desde março de 2011, e amortizada anualmente em 3 parcelas desde 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão é paga semestralmente todo dia 20 dos meses de setembro e março desde 2014 e amortizada semestralmente meses de março e setembro desde 20 de março de 2015. |

Em 31 de março de 2015, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2016	77.888
2017	<u>19.472</u>
	<u>97.360</u>

As debêntures da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivado na CVM.

Em 31 de março de 2015, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.

Notas Explicativas

2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na nota explicativa nº 8.

As debêntures da [2ª emissão] contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em [31 de março de 2015], a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Controladora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Controladora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Controladora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Controladora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Controladora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Controladora se obriga a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

Os saldos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e as transações realizadas nos períodos findos em 31 de março de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Empréstimos:		
Arteris S.A. (c)	18.655	17.622
Contas a receber:		
Centrovias S.A.	-	49
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.	-	49
Autovias S.A. (b)	-	49
Total	<u>18.655</u>	<u>17.769</u>
<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Empréstimos:		
Arteris S.A. (c)	168.043	164.075
Total	<u>168.043</u>	<u>164.075</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	-	834
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	241	461
Arteris S.A. (b)	740	964
Autovias S.A.	134	80
Total	<u>1.115</u>	<u>2.339</u>

<u>Contas de Resultado:</u>	<u>31.03.2015</u>			<u>31.03.2014</u>		
	<u>Conservação da rodovia (a)</u>	<u>Receitas financeiras (c)</u>	<u>Despesas gerais (b)</u>	<u>Conservação da rodovia (a)</u>	<u>Receitas financeiras (c)</u>	<u>Despesas gerais (b)</u>
Arteris S.A.	-	5.885	2.144	-	4.669	468
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	1.639	-	810	2.971	-	856
Latina Sinalização Ltda.	442	-	-	372	-	-
Total	<u>2.081</u>	<u>5.885</u>	<u>2.954</u>	<u>3.343</u>	<u>4.669</u>	<u>1.324</u>

- (a) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (c) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,7% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Data da liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.03.2015	31.12.2014
28/01/2013	Dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	54.000	12.259	10.484
02/05/2013	Dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	100.000	20.439	17.213
			<u>154.000</u>	<u>32.698</u>	<u>27.697</u>

No decorrer do período findo em 31 de março de 2015, a Sociedade reconheceu o montante de R\$393 (R\$171 em 31 de março de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$394 e R\$755.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

14. CREDOR PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em março de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012 e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2013 pelo índice do IGP - M, mas com repasse zero aos usuários. Como forma de recomposição do reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013. Na data base de 31 de março de 2015, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste de 5,58%, que não correspondeu a variação do IPCA do período. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em (*)</u>	
	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Direito de outorga	46.238	46.336	48.350	47.574
Parcela variável (a)	400	416	400	416
Total	<u>46.638</u>	<u>46.752</u>	<u>48.750</u>	<u>47.990</u>

<u>Não circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em (*)</u>	
	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Direito de outorga	84.598	93.177	93.236	103.308
Total	<u>84.598</u>	<u>93.177</u>	<u>93.236</u>	<u>103.308</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária).

Notas Explicativas

A quantidade de parcelas a partir de 31 de março de 2015 está assim representada:

	Parcelas		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo de parcelas	12	23	35

O valor pago pela Sociedade no decorrer do período findo em 31 de março de 2015 ao Poder Concedente foi de R\$13.016 (R\$11.866 de parcela fixa e R\$1.150 de parcela variável).

Em 31 de março de 2015, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2016 (após março)	33.104
2017	44.138
2018	7.356
	<u>84.598</u>

15. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 31 de março de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.03.2015</u>
Cíveis	1.147	175	-	(5)	1.317
Trabalhistas	3.185	149	(42)	-	3.292
Total	<u>4.332</u>	<u>324</u>	<u>(42)</u>	<u>(5)</u>	<u>4.609</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Tais processos representam os montantes de R\$1.117 e R\$415, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de março de 2015 (R\$781 e R\$932 respectivamente em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção

A contabilização das provisões de manutenção nas rodovias é calculada, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 31 de março de 2015 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u> <u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Não circulante</u> <u>Manutenção em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2014	23.649	34.110
Adições	-	2.679
Utilizações	(3.650)	-
Ajuste a valor presente	-	6.178
Transferências	23.094	(23.094)
Saldos em 31.03.2015	<u>43.093</u>	<u>19.873</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2015, referente às manutenções realizadas, foram de R\$5.100 (R\$19.045 em 31 de dezembro de 2014).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$113.652, integralizado pelo valor de R\$107.543. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de março de 2015 estão demonstradas a seguir:

	Quantidade de ações subscritas	31.03.2015 Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	1.132.038	1.071.134	100,00

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

Notas Explicativas

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período findo em 31 de março de 2015, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$48.864, pagos em março de 2015 referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

17. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receita de serviços prestados	74.784	74.392
Receita de serviços de construção	3.368	5.993
Outras receitas	430	470
	<u>78.582</u>	<u>80.855</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receita bruta	78.582	80.855
ISSQN	(3.776)	(3.741)
PIS	(497)	(492)
COFINS	(2.292)	(2.271)
Receita líquida	<u>72.017</u>	<u>74.351</u>

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Despesas:		
Com pessoal	(1.613)	(866)
Serviços de terceiros	(655)	(277)
Manutenção de bens e conservação	(27)	(30)
Depreciação / Amortização	(87)	(1.946)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(282)	(276)
Seguros / Garantias	(1)	(2)
Consumo	(553)	(234)
Transportes	(146)	(113)
Despesas com comunicação e marketing	(51)	(38)
Outros	(304)	(4)
Total	<u>(3.719)</u>	<u>(3.786)</u>
	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(3.368)	(5.993)
Com pessoal	(2.846)	(2.646)
Serviços de terceiros	(2.231)	(2.079)
Conservação	(2.438)	(2.269)
Manutenção e conservação de imóveis	(168)	(241)

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

Consumo	(338)	(353)
Transportes	(840)	(699)
Depreciação/Amortização	(20.324)	(14.456)
Seguros / Garantias	(493)	(406)
Custos com poder concedente	(1.134)	(1.123)
Provisão de manutenção em rodovias	(4.095)	(3.318)
Outros	(50)	(228)
Total	<u>(38.325)</u>	<u>(33.811)</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	5.885	4.668
Aplicações financeiras	4.957	1.776
Outras receitas	-	19
Total	<u>10.842</u>	<u>6.463</u>
	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(11.949)	(7.014)
Atualização monetária do ônus da concessão	(3.189)	(5.118)
Ajuste a valor presente	(6.178)	(2.647)
Outras despesas	(207)	(473)
Total	<u>(21.523)</u>	<u>(15.252)</u>

Notas Explicativas**20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	(4.870)	(51)

21. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos três meses e trimestres findos em 31 de março de 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.917	27.844
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(6.432)	(9.466)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	22	(110)
Despesa contabilizada	<u>(6.410)</u>	<u>(9.576)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(7.103)	(8.118)
Diferidos	693	(1.458)

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A adoção dessa lei tornou-se obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

22. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico/Diluído</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Lucro do período	12.507	18.267
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	1.071	1.071
Lucro por ação	<u>0,01168</u>	<u>0,01706</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 31 de março de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Notas Explicativas

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

<u>Ativos</u>	<u>Nível (*)</u>	<u>31.03.2015</u> <u>Empréstimos</u> <u>recebíveis</u>	<u>31.12.2014</u> <u>Empréstimos</u> <u>recebíveis</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	1.719	1.716
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	61.437	124.851
Aplicações financeiras	Nível 2	3.031	55.531
Partes relacionadas	Nível 1	186.698	181.844
Contas a receber clientes	Nível 1	15.426	17.619
Outras contas a receber	Nível 1	45	70

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

<u>Passivos</u>	<u>Nível (*)</u>	<u>31.03.2015</u> <u>Passivos financeiros</u> <u>ao custo amortizado</u>	<u>31.12.2014</u> <u>Passivos financeiros</u> <u>ao custo amortizado</u>
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 1	4.523	4.467
Empréstimos	Nível 2	1.050	1.071
Debêntures	Nível 2	211.380	294.637
Partes relacionadas	Nível 1	1.115	2.339
Credores pela concessão	Nível 1	131.236	139.929
Outras contas a pagar	Nível 1	78	158

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em [31 de março de 2015], a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em [31 de março de 2015], a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(- 25%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(+ 50%)</u>
CDI	[12,00%]	[15,00%]	[9,00%]	[18,00%]
Juros a incorrer (*)	[(13.250)]	[(16.232)]	[(11.684)]	[(19.174)]
Receita de aplicações financeiras	[7.813]	[9.767]	[5.860]	[11.720]
Receita financeira de mútuo	[25.723]	[31.309]	[20.117]	[36.874]
IPCA	[5,64%]	[7,05%]	[4,23%]	[8,46%]
Juros a incorrer (*)	[(12.842)]	[(13.667)]	[(11.006)]	[(14.987)]
Juros a incorrer líquido (*)	[7.444]	[11.177]	[3.287]	[14.433]

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em [31 de março de 2015] a Sociedade apresentava valores a receber no valor de [R\$14.837 (R\$17.197 em 31 de dezembro de 2014)] das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

Notas Explicativas

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Vianorte S.A.

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.</u>	<u>2015 após março</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>Total</u>
Finame	6,00%	333	459	336	1.128
Debêntures - 1ª emissão série IPCA	24,90%	-	52.568	40.199	92.767
Debêntures - 2ª emissão série CDI	12,20%	35.912	65.863	31.938	133.713
Outorga	2,60%	36.222	49.462	59.305	144.989
Total		72.467	168.352	131.778	372.597

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

25. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/ Perda de receita (*)	160.000
	Responsabilidade civil	24.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	127.786

(*) Por sinistro

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Vianorte S.A.

Sertãozinho - SP

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Vianorte S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e trimestre anterior, respectivamente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2014, apresentados para fins de comparação foram, respectivamente, auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificação, respectivamente, em 25 de fevereiro de 2015 e 7 de maio de 2014.

Campinas, 14 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Edgar Jabbour

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 156465/O-9